

ATA NÚMERO 012/XV/1.^a SL

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2022, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 10, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição dos peticionários da [Petição n.º 8/XV/1.^a](#), da FENPROF - Os docentes reclamam justiça, efetivação dos nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho

3. Audição dos peticionários da [Petição n.º 16/XV/1.^a](#), do SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades - Pela alteração do modelo de avaliação do desempenho docente definido no Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, e extinção das quotas para a atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e Excelente

4. Aprovação de atas

- Reuniões da Comissão de 21 e 22 de junho de 2022

5. Comunicações do Presidente

5.1. Baixa de iniciativas para apreciação na generalidade

- [Projeto de Lei n.º 152/XV/1.ª \(BE\)](#) - Eliminação da propina para o ensino de português no estrangeiro e garantia de gratuidade dos manuais escolares adotados.
- [Projeto de Resolução nº 104/XV/1ª \(CH\)](#) - Pelo direito das crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes a um ensino de português de qualidade e gratuito no estrangeiro
- [Projeto de Lei nº 184/XV/1ª \(CH\)](#) - Altera o decreto-lei nº165/2006 de 11 de agosto para promover um ensino de português de qualidade e gratuito no estrangeiro para as crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes.

5.2. Baixa de iniciativas para apreciação na especialidade

- [Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#) - Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente.
- [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor.
- [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#) - Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das instituições do ensino superior.

5.3. Composição do Grupo de Trabalho para o acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens

5.4. Síntese referente à audiência com a Comissão ITRE do Parlamento Europeu

5.5. Relatório da audiência à Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), para apresentar o “Projeto europeu, Vamos cuidar do Planeta!”

5.6. Pedido de contributos do Grupo de Trabalho - Alteração do Regimento da Assembleia da República

6. Plano de atividades da Comissão

7. Discussão e votação do requerimento do PCP para audição urgente do Ministro da Educação e da FENPROF sobre a alteração ao regime de mobilidade por doença

8. Discussão e votação do requerimento da DURP do PAN para audição com caráter de urgência do senhor Ministro da Educação, bem como da Federação Nacional da Educação, da Federação Nacional dos Professores, da Associação Sindical de Professores Licenciados e do Conselho das Escolas sobre a alteração ao regime de mobilidade por doença

9. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 321/XIV/3.^a](#), do SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores – Tempo de serviço igual, situação igual e escalão igual

- N.º de assinaturas: 8.769
- Deputado relator: Agostinho da Santa (PS)

10. Outros assuntos

11. Data das próximas reuniões

Dia 05.07.2022 – 15h00

Dia 12.07.2022 – 15h00

Dia 19.07.2022 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, que estava a presidir à reunião, referiu que tinha dado entrada no final do dia anterior um requerimento do BE para audição do Ministro da Educação e da Federação Nacional dos Professores sobre a alteração do regime de mobilidade de docentes por motivo de doença, tendo havido consenso em relação à sua inclusão na Ordem do Dia, para discussão conjunta com os requerimentos dos pontos 7 e 8.

Por outro lado, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) solicitou que a discussão e votação dos 3 requerimentos fosse feita de imediato, tendo havido consenso.

A proposta de ordem do dia, com as alterações referidas, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, PCP e BE registando-se a ausência dos Deputados do IL.

2. Discussão e votação do requerimento do PCP para audição urgente do Ministro da Educação e da FENPROF sobre a alteração ao regime de mobilidade por doença

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP), no âmbito da apresentação do requerimento do PCP, referiu que está em causa a alteração do regime de mobilidade dos docentes por doença, tendo realçado que houve audição dos sindicatos, mas não houve acordo e as alterações introduzidas pelo atual Decreto-Lei são prejudiciais para os docentes.

Este requerimento e os dois seguintes foram objeto de discussão e votação conjunta, conforme se refere a seguir.

3. Discussão e votação do requerimento da DURP do PAN para audição com carácter de urgência do senhor Ministro da Educação, bem como da Federação

Nacional da Educação, da Federação Nacional dos Professores, da Associação Sindical de Professores Licenciados e do Conselho das Escolas sobre a alteração ao regime de mobilidade por doença

A Senhora Deputada Única Representante do PAN, no âmbito da apresentação do respetivo requerimento, reiterou a importância da audição do Ministro da Educação e ainda de outras entidades, tendo realçado que o novo regime põe em causa a situação dos docentes com doenças incapacitantes.

Este requerimento e os outros dois foram objeto de discussão e votação conjunta, conforme se refere a seguir.

4. Discussão e votação do requerimento do BE para audição do Ministro da Educação e da Federação Nacional dos Professores sobre a alteração do regime de mobilidade de docentes por motivo de doença

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), no âmbito da apresentação do respetivo requerimento, defendeu que a alteração do regime causa injustiças e cria instabilidade no corpo das escolas, tendo reiterado a necessidade de audição do Ministro da Educação e da Federação Nacional de Professores.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) informou que acompanham os requerimentos e equacionou a hipótese de agendamento de todas as audições.

A Senhora Deputada Carla Madureira (PSD) referiu que concordam com os requerimentos e pediu o agendamento célere das audições.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) propôs que a audição do Ministro da Educação tenha lugar no dia 12/7, antes da audição regimental que está agendada para essa data.

Os três requerimentos foram depois aprovados por unanimidade, pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do CH, do PCP e do BE, registando-se a ausência dos Deputados do IL.

Foi ainda consensualizado realizar uma reunião da Mesa e Deputados Coordenadores dos Grupos Parlamentares para agendar as audições por requerimento e as audições no âmbito da apreciação dos três Projetos de Lei sobre o ensino politécnico.

5. Audição dos peticionários da [Petição n.º 8/XV/1.a](#), da FENPROF - Os docentes reclamam justiça, efetivação dos nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes da Federação Nacional de Professores (FENPROF), como peticionários (a petição tem 17.450 subscritores) e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os peticionários fizeram uma intervenção utilizando para o efeito um documento escrito, que está disponível na [página da Comissão](#), e referiram o seguinte, em síntese:

1. A profissão de professor não é atrativa;
2. Reclamam a contagem integral do tempo de serviço, tendo dado exemplos dos efeitos atuais na carreira, em termos de posicionamento e remuneração e indicado que recebem menos 35% de remuneração;
3. Pedem a abolição das quotas no âmbito do processo de avaliação de desempenho dos docentes;
4. Solicitam a eliminação da precariedade dos docentes, realçando que embora já tenha havido a vinculação de milhares de professores, esses números são insuficientes, face ao total de professores contratados, alguns há mais de 10 anos nessa situação e são muito inferiores aos das contratações a tempo completo;
5. Pedem a aplicação da pré-reforma aos professores;
6. Apelam ao respeito em relação aos horários de trabalho, referindo que os professores fazem uma média de 40h por semana;

7. Manifestaram desacordo em relação à alteração do regime de mobilidade por doença;
8. Pedem a valorização dos professores com medidas concretas, mais investimento na educação e mais atratividade da carreira.

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Carla Madureira (PSD, relatora da petição), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Paula Santos (PCP) e Joana Mortágua (BE) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários indicaram o seguinte:

1. Atualmente, 48% dos docentes estão posicionados até ao 4.º escalão da carreira e dado que o sistema vigente de avaliação de desempenho é perverso, docentes a quem faltam 16 anos para se aposentarem estão no escalão do meio da carreira e não vão chegar ao topo;
2. O programa do PS fala num pacto para a educação, mas este não existe, recentemente houve uma negociação com os sindicatos, mas a proposta que o Governo fez foi a que depois aprovou;
3. Cerca de 10.000 professores abandonaram a profissão, por falta de estabilidade;
4. O desinvestimento na educação não é uma fatalidade, é uma opção política;
5. A FENPROF discorda da municipalização na educação (e não da descentralização), ou seja, da retirada de poderes às escolas, passando-os para os municípios, nomeadamente para contratar pessoal;
6. Ainda não houve uma reunião com o Ministro da Educação para serem definidas as prioridades para a legislatura e por isso têm de vir à Assembleia da República;
7. A FENPROF está disponível para negociarem medidas para aplicação faseada;
8. Discordam pelo facto de os professores do continente não terem o mesmo regime dos da Madeira e dos Açores;
9. A Assembleia da República aprovou a [Lei n.º 46/2021, de 2021-07-13 - DRE](#), que determina a abertura de um concurso de vinculação extraordinária de docentes das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, nos

estabelecimentos públicos de ensino, e a [Lei n.º 47/2021, de 2021-07-23 - DRE](#), que determina a Revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário, mas o Governo recorreu ao Tribunal Constitucional e entretanto não lhes deu cumprimento, quando o recurso não suspende as leis;

10. A dita escola neutra não o é de facto e há casos no estrangeiro em que da escola neutra se passou para uma escola militarizada;
11. A defesa da democracia é fundamental.

A gravação da audição e o documento com a intervenção inicial dos peticionários estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento nesta ata.

6. Audição dos peticionários da [Petição n.º 16/XV/1.a](#), do SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades - Pela alteração do modelo de avaliação do desempenho docente definido no Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, e extinção das quotas para a atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e Excelente

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades (SPLIU), como peticionários (a petição tem 3.783 subscritores) e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. A escola é atualmente um espaço onde os professores têm dificuldade de trabalhar;
2. O modelo de avaliação nasceu em 2012, com o respetivo decreto-regulamentar, mas é um monstro e dado que as carreiras estiveram congeladas durante 7 anos, só com o descongelamento se sentiu o efeito do regime de avaliação;
3. O regime de avaliação tem efeitos nocivos, gera ou agrava conflitos e necessita de alteração;

4. A carreira docente tem 2 escalões para acesso aos quais é exigida a avaliação de Muito Bom ou Excelente, o que gera muita competição, conflituosidade e consequências graves;
5. Exige-se que o mérito seja reconhecido, mas o regime atual gera desigualdade e desmotivação dos professores, sendo contraproducente para a escola e para o ensino;
6. A existência de quotas para a avaliação de desempenho e para o acesso aos escalões gera injustiças;
7. O regime previa a sua avaliação, mas esta ainda não foi feita;
8. Todo o processo administrativo da avaliação de desempenho leva a que 80% das reclamações não tenham sucesso, contribuindo para esse resultado o facto de no recurso hierárquico o 3.º elemento ser da mesma escola.

Intervieram depois os Senhores Deputados Rosa Venâncio (PS, relatora da petição), Inês Barroso (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários indicaram o seguinte:

1. O modelo de avaliação é subjetivo, com base em variáveis quantitativas e com parâmetros diferentes nas várias escolas;
2. Não é premiado o mérito, é levada em conta a razoabilidade;
3. Propõem indicadores mensuráveis e realçam que atualmente só o é aquele que respeita à avaliação contínua;
4. Defendem em primeiro lugar a abolição das quotas para a atribuição de Muito Bom e Excelente;
5. Defendem um sistema que premeie o mérito;
6. Instam o PS a avançar para a avaliação do regime e para a sua posterior revisão;
7. Realçam a situação de não reconhecimento social dos professores, da sua perda de autoridade e do desespero em que se encontram.

A gravação da audição e o documento com a intervenção inicial dos petiçãoários estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento nesta ata.

7. Aprovação de atas

A apreciação das atas das reuniões da Comissão de 21 e 22 de junho de 2022 foi adiada, a pedido do PS.

8. Comunicações do Presidente

8.1. Baixa de iniciativas para apreciação na generalidade

O Presidente da Comissão deu conta de que baixaram à Comissão as duas iniciativas abaixo referidas. Apreciada a matéria das mesmas e os antecedentes, foi consensualizado que fosse pedida a redistribuição à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (como comissão competente), com conexão com a Comissão de Educação e Ciência.

- [Projeto de Lei n.º 152/XV/1.ª \(BE\)](#) - Eliminação da propina para o ensino de português no estrangeiro e garantia de gratuitidade dos manuais escolares adotados.
- [Projeto de Resolução nº 104/XV/1ª \(CH\)](#) - Pelo direito das crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes a um ensino de português de qualidade e gratuito no estrangeiro

Informou, ainda, que entretanto já baixou àquela Comissão, com conexão à Comissão de Educação e Ciência, o [Projeto de Lei nº 184/XV/1ª \(CH\)](#) - Altera o Decreto-lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, para promover um ensino de português de qualidade e gratuito no estrangeiro para as crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes.

8.2. Baixa de iniciativas para apreciação na especialidade

O Presidente da Comissão deu conta da baixa dos três Projetos de Lei abaixo referidos, em 24/6/2022, para apreciação na especialidade.

- [Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#) - Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente.
- [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor.
- [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#) - Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das instituições do ensino superior.

Referiu, depois, que nos termos do n.º 3 do artigo 11.º da [Lei n.º 17/2003, de 4 de junho](#), que regula a iniciativa legislativa de cidadãos, a votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 809/XIV, é precedida de audição da comissão representativa dos subscritores e deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias.

Questionou, ainda, a tramitação a adotar, nomeadamente, a consulta das entidades do setor, a audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), que já tinha pedido para ser ouvida e o calendário dos restantes procedimentos, lembrando que as últimas sessões plenárias estão agendadas para os dias 20 e 21 de julho.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) referiu que não obstante as iniciativas legislativas de cidadãos tenham um regime especial, a referida lei, no artigo 14.º, estabelece que naquilo que não está regulado se aplica o Regimento da Assembleia da República (RAR) e este estabelece no artigo 150.º que pode ser fixado um prazo específico para apreciação na especialidade, podendo ainda os prazos serem prorrogados.

Realçou, ainda, que está em causa a apreciação conjunta de Projetos de Lei apresentados pelo PCP e pelo BE, aos quais se aplica o regime previsto no RAR, pelo

que pedem o alargamento do prazo de apreciação na especialidade, atenta a complexidade do tema e a necessidade de auscultar as entidades do setor e de fazer a audição do CRUP e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

O Senhor Deputado Hugo Carvalho (PSD) concordou com o alargamento do prazo de apreciação e chamou à atenção para o facto de ser obrigatória a consulta ao Conselho Nacional de Educação, dado que está em causa uma alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Entretanto, o Senhor Presidente da Comissão disponibilizou-se para falar com o Presidente da Assembleia da República sobre o pedido de fixação de um prazo específico, pelo que o debate sobre a tramitação a adotar e o seu calendário foi suspenso.

8.3. Composição do Grupo de Trabalho para o acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens

O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

- Coordenador: Deputada Cláudia André (PSD)
- PS – O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins informou que faria a indicação posteriormente.
- PSD: Deputada Carla Madureira
- CH: Deputado Gabriel Mithá Ribeiro
- IL: Deputada Carla Castro
- PCP: Deputada Diana Ferreira
- BE: Deputada Joana Mortágua

8.4. Síntese referente à audiência com a Comissão ITRE do Parlamento Europeu

A síntese respeitante à audiência, que teve lugar em 24 de maio, foi aprovada pelos Deputados presentes do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes os Deputados do IL, PCP e BE.

8.5. Relatório da audiência à Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), para apresentar o Projeto europeu «Vamos cuidar do Planeta!»

O relatório da audiência, que teve lugar em 14 de junho, foi aprovado pelos Deputados presentes do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes os Deputados do IL, PCP e BE.

8.6. Pedido de contributos remetido pelo Grupo de Trabalho - Alteração do Regimento da Assembleia da República (GT constituído na 1.ª Comissão)

O Presidente da Comissão transmitiu o pedido de contributos do referido Grupo de Trabalho, que visam a melhoria da redação e clarificação de questões interpretativas identificadas ao longo dos últimos dois anos de vigência do Regimento da Assembleia da República de 2020 e podem consistir em contributos, sugestões de redação ou matérias que beneficiariam de uma intervenção uniformizadora em sede regimental.

Nesta sequência, solicitou que os contributos sejam remetidos à Comissão, para ponderação e posterior encaminhamento para o Grupo de Trabalho.

9. Plano de atividades da Comissão

O Presidente da Comissão fez uma síntese, nos termos seguintes, sobre as atividades a desenvolver pela Comissão:

1. O que ficou consensualizado anteriormente

- **Grupo de Trabalho** para acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens
- **Conferência:** Uma Política para a Infância. Um desígnio para Portugal
- **Evento** relativo à Descentralização das Competências na Educação (em formato a definir)

2. Não houve consenso sobre o Ensino Especial ou os Desafios STEAM

3. Em relação aos Cafés de Ciência, lembrar que focam desafios científicos específicos.

A lista abaixo inclui diferentes temas atuais que deveriam ilustrar o impacto do conhecimento e da inovação (tecnológica e/ou social) na resolução de desafios específicos e onde Portugal tem competências e algum trabalho realizado. Várias evidenciam a aposta STEAM.

Várias hipóteses:

- A(s) recente(s) pandemia(s) e o futuro das vacinas.
- A inevitáveis adaptações às alterações climáticas. Na saúde, agropecuária, transportes, trabalho, segurança etc. (este tema, por ser tão vasto, poderia ser subdividido em vários Cafés)
- O que sabemos e não sabemos sobre os diferentes tipos de dependências.
- As alterações demográficas e o futuro do trabalho. As experiências em curso.

Informou, ainda, que no passado, eram realizados um ou dois Cafés de Ciência por ano.

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) referiu que consideram o ensino especial muito relevante.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS), no que respeita ao Café de Ciência, realçou a importância de o mesmo ser desenvolvido em parceria com a Ciência Viva. Em relação ao ensino especial, sugeriu que o mesmo seja discutido no âmbito do Grupo de Trabalho para acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens.

O Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH), em relação ao Café de Ciência, considerou como mais importante e a tratar em primeiro lugar, o tema das alterações demográficas e o futuro do trabalho.

O Senhor Presidente da Comissão propôs que fiquem elencados os 4 temas e sejam tratados na 1.ª Sessão e nas seguintes, pela ordem que for entendida mais oportuna.

A Senhora Deputada Carla Madureira (PSD) concordou com a discussão da educação inclusiva no Grupo de Trabalho.

A proposta de tratar o ensino especial no âmbito do Grupo de Trabalho e dos temas a adotar para os Cafés de Ciência, pela ordem a ponderar na ocasião, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e IL, encontrando-se ausentes as Deputadas do PCP e do BE.

10. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 321/XIV/3.^a](#), do SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores – Tempo de serviço igual, situação igual e escalão igual

O relatório da petição (que tem 8.769 subscritores) foi apresentado pelo relator, Deputado Agostinho Santa (PS), tendo depois sido aprovado pelos Deputados presentes do PS, PSD, CH e IL, encontrando-se ausentes os Deputados do PCP e BE.

11. Outros assuntos

Foi consensualizado pelos Deputados presentes do PS, PSD e CH realizar nesse mesmo dia, após a sessão plenária, a reunião da Mesa e Deputados Coordenadores dos Grupos Parlamentares, para agendar as audições.

12. Data das próximas reuniões

Dia 05.07.2022 – 15h00

- **Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)** sobre o [Relatório de monitorização da avaliação do ensino superior em Portugal – 2021](#), apresentado em cumprimento do determinado no n.º 4 do artigo 16.º da [Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto](#), alterada pela [Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro](#)
- 15h00 - Confirmada

- **Audição dos peticionários da [Petição n.º 17/XV/1.ª](#), da FENPROF - Pela urgente avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) – 16h00 - Confirmada**
 - ✓ N.º de assinaturas: 3.582
 - ✓ Deputado relator: PS
- **Audiência ao Movimento Académicas - Associações Académicas das Universidades de Aveiro, Algarve, Beira Interior, Coimbra, Évora, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Madeira e Açores, para discussão e reflexão sobre o estado atual do Ensino Superior Universitário em Portugal – 16h45 – Confirmada**
- **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 74/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que defina as fórmulas de financiamento das despesas das competências no domínio da educação transferidas para os municípios no âmbito do processo de descentralização e que avalie a necessidade de aprovação de um novo regime jurídico do transporte escolar (em articulação com a 13.ª Comissão)**

Dia 12.07.2022 – 15h00

- **Audição regimental do Ministro da Educação**

Dia 19.07.2022 – 15h00

- **Audições com o Presidente do Conselho Nacional de Educação, sobre:**
 - ✓ Relatório do Estado da Educação;
 - ✓ Estudo sobre Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade, solicitado pela Assembleia da República através da Deliberação nº 1-PL/2021, de 12 de maio, publicada em Diário da Assembleia da República, II Série-A, nº 131.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Carla Sousa (PS)
Eduardo Alves (PS)
Fernando José (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
Carla Madureira (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Hugo Martins De Carvalho (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Maria Emilia Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Carla Castro (IL)
Joana Mortágua (BE)
Cláudia Avelar Santos (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
Maria João Castro (PS)
Pompeu Martins (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia André (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diana Ferreira (PCP)